

## O colarinho branco e a canja da ralé

**1.** Quando alguém mete ao bolso uma coisa que não lhe pertence dizemos que a roubou. Mas há justificações para meter coisas ao bolso. E diferentes nomes para usar nas várias circunstâncias, conforme o estatuto social e político dos autores. Uma senhora bem vestida que meta na carteira um perfume, numa loja elegante, distraiu-se - e um engano toda a gente tem. Uma mulher que o faça num supermercado suburbano comete um furto que a sociedade não pode permitir. Esta é a base da sociedade e querer subvertê-la é fomentar o caos e a anarquia. E o sistema judicial existe para garantir a sua subsistência.

Quando um deputado rouba alguma coisa também não se trata exactamente de roubo-roubo, como se fosse um maltrapilho qualquer. Pode dizer-se que o deputado se apropriou, tirou ou “roubou” e “furtou”, mas entre aspas.

Quando o deputado do PS Ricardo Rodrigues roubou dois gravadores a dois jornalistas fê-lo com um hábil golpe de mão, como se nunca tivesse feito outra coisa na vida, mas esclareceu que tinha “tomado posse” deles, como teria feito se se tratasse de um cargo oficial. A hierarquia do partido compreendeu aliás o seu gesto e desculpou-o, pois foi provocado pela “violência psicológica insuportável” a que foi submetido pelos jornalistas que o entrevistavam.

Ricardo Rodrigues não roubou os gravadores para os vender na Feira da Ladra e sacar vinte euros para comprar umas ganzas. Isso seria escandaloso. Fê-lo apenas para ver se impedia a publicação de uma entrevista que abordava temas que não lhe convinham. Tratou-se de um pequeníssimo atropelo à liberdade de imprensa e de informação, mas do mais puro colarinho branco. Não é furto, mas apenas um acto irreflectido, compreensível, já esquecido. E o seu passado não é para aqui chamado porque não é disso que estamos a falar. Nem o facto de o deputado ter mentido ao Parlamento, à imprensa e ao país sobre o que fez aos gravadores. Querer que um homem como Ricardo Rodrigues obedeça aos mesmos princípios éticos que os outros deputados é uma afronta. Francisco Assis disse-o melhor que ninguém: ninguém pode julgar Ricardo Rodrigues.

**2.** As medidas de contenção das prestações sociais recentemente apresentadas pelo Governo no âmbito do PEC têm de ser lidas à luz da mesma lógica, que distribui direitos e deveres de acordo com os méritos das pessoas: seria impensável pedir a pessoas de posses, a pessoas de qualidade, a pessoas daquelas de que o país não pode prescindir, que pagassem a crise provocada pelos actos de contabilidade criativa que os corretores e os banqueiros fizeram nos últimos anos e pelos buracos orçamentais



**José Vitor  
Malheiros**

criados para colmatar os défices dos bancos. Como o seria combater a fuga de capitais para os paraísos fiscais, ou a fuga ao fisco de pessoas que não sejam trabalhadores por conta de outrem. Tratar-se-ia de uma violência psicológica insuportável.

Os pobres já estão habituados a poupar e a apertar o cinto e quase não vão notar a diferença. Os ricos não o sabem fazer. Fã-lo-iam mal. Os desempregados, os recipientes do rendimento mínimo, os trabalhadores precários são peritos na arte de rapar o tacho. Fazem-no há anos, há gerações, há séculos. E atingiram uma eficiência que um banqueiro nunca conseguiria. E, em alturas de crise, temos de apostar na eficiência, temos de entregar a cada um as tarefas que melhor desempenham. Alguém pensa que um gestor de uma grande empresa poderia viver com 1000 euros? Nem vale a pena tentar. Um pobre consegue alimentar uma família de seis com 800 euros. Sabe fazer canja de miúdos de frango e um guisado com um osso de vaca, sabe quais são os medicamentos da receita que não precisa de aviar, conhece as lojas onde pode comprar sapatos e sabe remendar a roupa. Ninguém o faz tão bem como os pobres. É o talento da ralé. Por que se há-de tentar que sejam os ricos a pagar mais impostos e a gastar menos? ([jvmalheiros@gmail.com](mailto:jvmalheiros@gmail.com))